Pura	Nadja Mitidiero	Batista	Nadja Batista Mitidiero	31.900,00
VALOR TOTAL R\$				193.340,00

Solicitar aos proponentes dos projetos culturais aprovados que, no prazo máximo e improrrogável de 10 (dez) dias, a contar da presente data, apresentem os documentos mencionados no item 15.1 do Edital FIC 2015, sob pena de indeferimento do projeto aprovado, quais sejam:

01 - Pessoa Física:

- a) Certidão Negativa de Débitos Gerais do Município;
 b) Certidão Negativa de Débitos, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda e pela Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso do Sul: www.pge.ms.gov.br
 c) Certidão Negativa de Débitos Relativa aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212/1991: www.receita.fazenda.gov.br;
 d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; www.tst.jus.br/certidao
 e) CND junto ao Serviço de Proteção ao Crédito - SPC;
 f) Certificado de Inscrição de Convenentes.

IV - Não serão aceitos, sob nenhuma hipótese, "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos exigidos, requeridos na presente Portaria.

Renato Roscoe

Secretário de Estado da Secretaria de Cultura, Turismo, Empreendedorismo e Inovação do Estado de Mato Grosso do Sul

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

DELIBERAÇÃO CECA/MS N. 008, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

O CONSELHO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL - CECA,

conforme a Lei Estadual nº 2.256, de 9 de julho de 2001, no uso de suas atribuições legais e considerando a decisão da Plenária em 104ª Reunião Ordinária realizada no dia 20 de outubro de 2016 aprovou o calendário anual das reuniões ordinárias do Conselho do ano de 2017.

Considerando as determinações contidas no art. 8º do Regimento Interno do CECA, instituído através do Decreto Estadual n. 11.816, de 17 de março 2005;

Considerando a importância que as datas das reuniões plenárias ordinárias devem ser previamente estabelecidas, de forma a permitir aos Conselheiros, a conciliação de seus afazeres normais com suas atividades de conselheiro, consideradas de relevante interesse público.

DELIBERA:

Art. 1º As Reuniões Plenárias Ordinárias do Conselho Estadual de Controle Ambiental - CECA para o ano de 2017 devem realizar-se nas datas apontadas no Anexo I desta Deliberação.

Parágrafo único: Conforme Regimento Interno, a realização de Reuniões Plenárias Extraordinárias independe da reserva de datas, podendo haver convocação a qualquer tempo, por iniciativa de seu Presidente, ou por requerimento de, pelo menos, onze Conselheiros, desde que garantida a antecedência mínima de sete dias.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Grande - MS, 20 de outubro de 2016.

JAIME ELIAS VERRUCK

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico
 Presidente do Conselho Estadual de Controle Ambiental.

Anexo I da Deliberação CECA n. 008, de 20 de outubro de 2016.

CALENDÁRIO DO ANO DE 2017 DAS REUNIÕES BIMESTRAIS ORDINÁRIAS DO CECA			
DIAS	MESES	HORÁRIO	LOCAL
16 - quinta-feira	fevereiro	08h às 12 h	Auditório do IMASUL
18 - terça-feira	abril	08h às 12 h	Auditório do IMASUL
22 - quinta-feira	junho	08h às 12 h	Auditório do IMASUL
17 - quinta-feira	agosto	08h às 12 h	Auditório do IMASUL
24 - terça-feira	outubro	08h às 12 h	Auditório do IMASUL
07 - quinta-feira	dezembro	08h às 12 h	Auditório do IMASUL

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Extrato do VI Termo Aditivo ao Contrato 0008/2011/AGEPEN
 N° Cadastral 403

Processo: 31/600.460/2011
Partes: O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário e RUBITUR LOCAÇÕES E TRANSPORTES LTDA.

Objeto: O Sexto Termo Aditivo, tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 008/2011 celebrado com a empresa especializada em prestação de serviços de transporte de passageiros, em conformidade com as especificações constantes da Proposta de Preços (Anexo I - Termo de Referência), com o objetivo de atender às necessidades dos servidores estaduais, lotados na Penitenciária de Dourados - PED, alterando a Cláusula Décima Primeira do contrato originário.

Ordenador de Despesas: Ailton Stropa Garcia
Amparo Legal: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores

Do Prazo: 01/10/2016 à 31/01/2017
Data da Assinatura: 01/10/2016
Assinam: Ailton Stropa Garcia, Ulisses Pereira de Alencar e Emerson de Oliveira Guilhermino

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA N.º 040/15/DTP/DAP/AGEPEN-MS

PROCESSO - N.º 31/601097/2015

PARTES - AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL e DIAS LEITE & CIA LTDA-EPP.

OBJETO - Cláusula Primeira: Altera cláusula décima do termo inicial prorrogando por mais 12 (doze) meses o presente termo, a contar de 03 de novembro de 2016, para utilização de mão de obra de internos dos regimes semiaberto, aberto e livramento condicional, em atividades de auxiliar de cozinha, garçom, saladeiro, churrasqueiro, atendimento e limpeza, no interior da empresa em Dourados/MS.

DEMAIS CLÁUSULAS: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas, conforme ajuste entre as partes.

AMPARO LEGAL - Lei Federal N.º 7.210, de 11/07/1984; Lei Federal Nº. 8.666/93.

FORO - Eleito o Foro da Comarca de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul.

DATA DA ASSINATURA - 25 de outubro de 2016.

ASSINAM - AILTON STROPA GARCIA, Diretor-Presidente da AGEPEN/MS e Luiz Antonio dos Reis, sócio da DIAS LEITE & CIA LTDA-EPP.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA N.º 054/12/DTP/DAP/AGEPEN-MS

PROCESSO - N.º 31/601142/2012

PARTES - AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL e PEDRO BRUM V. OLIVEIRA & CIA LTDA-EPP (ENERGIA)

OBJETO - Cláusula Primeira: Altera cláusula oitava do termo inicial prorrogando por mais 12 (doze) meses o presente termo, a contar de 10 de outubro de 2016, para utilização de mão de obra de internos dos regimes semiaberto, aberto e livramento condicional, em atividades de pedreiro, pintor, eletrecista, encanador, serralheiro e marceneiro em serviços da Enersul, UFGD e Prefeitura da cidade de Dourados/MS.

DEMAIS CLÁUSULAS: As demais cláusulas deste termo permanecem inalteradas, conforme ajuste entre as partes.

AMPARO LEGAL - Lei Federal N.º 7.210, de 11/07/1984; Lei Federal Nº. 8.666/93.

FORO - Eleito o Foro da Comarca de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul.

DATA DA ASSINATURA - 24 de outubro de 2016.

ASSINAM - AILTON STROPA GARCIA, Diretor Presidente da AGEPEN/MS e Pedro Brum Vasconcelos Oliveira sócio proprietário da PEDRO BRUM V. OLIVEIRA & CIA LTDA-EPP.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA N.º 035/15/DTP/DAP/AGEPEN-MS

PROCESSO - N.º 31/601012/2015

PARTES - AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL e VERDES MARES TRANSPORTE LTDA.

OBJETO - Cláusula Primeira: Altera cláusula primeira do primeiro termo aditivo prorrogando por mais 12 (doze) meses o presente termo, a contar de 17 de setembro de 2016, para utilização de mão de obra de internos dos regimes semiaberto, aberto e livramento condicional, em atividades de serviços de serviços de classificador de sementes, no interior da empresa em Dourados/MS.

DEMAIS CLÁUSULAS: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas, conforme ajuste entre as partes.

AMPARO LEGAL - Lei Federal N.º 7.210, de 11/07/1984; Lei Federal Nº. 8.666/93.

FORO - Eleito o Foro da Comarca de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul.

DATA DA ASSINATURA - 24 de outubro de 2016.

ASSINAM - AILTON STROPA GARCIA, Diretor-Presidente da AGEPEN/MS e Carlos Alberto Santana sócio da VERDES MARES TRANSPORTE LTDA.

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA N.º 057/16/DTP/DAP/AGEPEN-MS

PROCESSO - N.º 31/627831/2016

PARTES - AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL e REAL FOOD ALIMENTAÇÃO LTDA.

OBJETO - Utilização de mão-de-obra de internos em atividades de recebimentos de gêneros alimentícios, armazenamento, preparo, entrega, limpeza e conservação de utensílios e equipamentos, no interior do PTRAN/MS.

REMUNERAÇÃO - Será pago mensalmente pela Empresa, a cada interno trabalhador 3/4 (três quartos) de um salário mínimo nacional.

VIGÊNCIA - 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

AMPARO LEGAL - Lei Federal N.º 7.210/84 e 8.666/93

FORO - Eleito o Foro da Comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul

DATA DA ASSINATURA - 21 de outubro de 2016

ASSINAM - AILTON STROPA GARCIA, Diretor-Presidente da AGEPEN/MS e Ederson Christian Alves de Oliveira, sócio proprietário da REAL FOOD ALIMENTAÇÃO LTDA.

AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS

Extrato do TERMO DE PARALISAÇÃO do Contrato N° 0023/2014/AGESUL
 N° Cadastral 3152

Processo: 19/102.305/2013
Partes: Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos e CLIMA TECK CLIMATIZAÇÃO LTDA ME

Objeto: Paralisar a EXECUÇÃO DO SISTEMA DE AR CONDICIONADO, VENTILAÇÃO E EXAUSTÃO MECÂNICA DO PRÉDIO DO CENTRO DE PESQUISA E REABILITAÇÃO DA ICTIOFAUNA PANTANEIRA E AQUÁRIO, NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS pelo prazo de 120 dias consecutivos a contar de 01 de julho de 2016.

Data da Assinatura: 27/06/2016
Assinam: Helianey Paulo da Silva e Rodinei Schmitt

Extrato de Ordem de Execução de Serviços N° 0071/2016/AGESUL
 N° Cadastral 7247

Processo: 57/101.725/2016
Partes: Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos e João Ari Rezende de Oliveira - ME

Objeto: IMPERMEABILIZAÇÃO DA COBERTURA DO PRÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - SES, NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - MS.

Ordenador de Despesas: Ednei Marcelo Miglioli
Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho 10122005329650001 - Gestão e Manutenção FESA, Fonte de Recurso 0100000000 - RECURSOS ORDINARIOS DO TESOURO, Natureza da Despesa 33903916 - MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS.